ANA TERESA DE ABREU COUTINHO BOSCOLO

O Direito do Comércio Internacional e as transformações globais

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Associada Dra. Maristela Basso

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2020

ANA TERESA DE ABREU COUTINHO BOSCOLO

O Direito do Comércio Internacional e as transformações globais

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito na área de concentração Direito Internacional e Comparado, sob orientação da Professora Associada Dra. Maristela Basso.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Boscolo, Ana Teresa de Abreu Coutinho
O Direito do Comércio Internacional e as
transformações globais ; Ana Teresa de Abreu Coutinho
Boscolo ; orientadora Maristela Basso -- São Paulo,
2020.

105
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Internacional) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito do Comércio Internacional. 2. Estados.
3. Organizações Internacionais. 4. Empresas. 5.
Organizações não-governamentais. I. Basso, Maristela,
orient. II. Título.

Nome: BOSCOLO, Ana Teresa de Abreu Coutinho

Título: O Direito do Comércio Internacional e as transformações globais

Tese apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutora em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof (a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada a todos aqueles que, da terra ou do céu, contribuíram, de alguma forma, para a realização e conclusão desta tese.

Em especial:

Aos meus pais, por me apoiarem sempre, desde os menores gestos até aqueles mais grandiosos: sem eles eu jamais teria conseguido;

À toda a minha família, pelo apoio, pelas orações e pelo carinho;

Ao meu namorado, pelo apoio, pelo carinho, pela ajuda e por todos os momentos felizes;

À minha orientadora, pelos ensinamentos, pela inspiração e pelo apoio nos momentos em que mais precisei;

Aos professores Luiz Olavo Baptista e Lígia Maura Costa, pelos ensinamentos e pelas valiosas contribuições dadas durante a banca de Qualificação;

Aos professores Alberto Amaral Jr., Umberto Celli, Wagner Menezes e Rafael Pucci, pelos ensinamentos durante as aulas e discussões nas matérias que cursei para o Doutorado;

Às bibliotecas das Nações Unidas em Genebra, da Organização Mundial do Comércio e do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento da Universidade de Genebra, por terem permitido o acesso ao seu acervo e pela gentileza de seus funcionários.

RESUMO

BOSCOLO, A. T. A. C. **O Direito do Comércio Internacional e as transformações globais**. 2020. 105 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Trata-se de trabalho para verificar as inconsistências existentes entre as transformações ocorridas no mundo após a Guerra-Fria e o direito do comércio internacional, por meio de seus atores e fontes, na busca por diretrizes que possam torná-lo mais adequado para o presente e o futuro. Parte-se de um entendimento abrangente do Direito do Comércio Internacional, incluindo aspectos públicos e privados. Em seguida, identificam-se as transformações globais mais relevantes para o comércio internacional, quais sejam: (i) o aumento do número de atores das relações internacionais; (ii) os avanços da tecnologia; (iii) as mudanças no modelo de comércio: comércio de serviços e cadeias globais de valor; e (iv) a maior relevância dada à proteção de valores. Em seguida, procede-se à análise dos atores e fontes do direito do comércio internacional diante das transformações identificadas, sistematizada da perspectiva dos atores, quais sejam: os Estados, as Organizações internacionais, as Empresas e as Organizações Não-Governamentais; incluindo tanto estes quanto as fontes a eles relacionadas. Por fim, trata-se da relação entre todos os atores e fontes analisados, a governança global no direito do comércio internacional, indicando as diretrizes para um direito do comércio internacional mais adequado às transformações globais.

Palavras-chave: comércio internacional; estados; organizações internacionais; empresas; organizações não-governamentais

ABSTRACT

BOSCOLO, A. T. A. C. **International Trade Law and global transformations.** 2020. 105 f. Dissertation (Doctorate) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This dissertation looks at verifying the inconsistencies between the transformations that occurred in the world after the Cold War and the international trade law, through its actors and sources, in search for guidelines that can make it more suitable for the present and the future. It starts from a comprehensive understanding of international trade law, including public and private aspects. Then, the most relevant global transformations for international trade are identified, namely: (i) the increase in the number of actors in international relations; (ii) advances in technology; (iii) changes in the trade model: trade in services and global value chains; and (iv) the greater relevance given to the protection of values. Further, we proceed to the analysis of the actors and sources of international trade law based on the identified transformations, from the perspective of the actors, namely: States, International Organizations, Companies and Non-Governmental Organizations; including both the actors and their related sources. Finally, the analysis focus on the relationship among all actors and sources, said global governance in international trade law, indicating guidelines for making international trade law more suitable to global transformations.

Keywords: international trade; states; international organizations; companies; non-governmental organizations

RIASSUNTO

BOSCOLO, A. T. A. C. **Diritto del Commercio Internazionale e le trasformazioni globali**. 2020. 105 f. Tesi (Dottorato) – Facoltà di Giurisprudenza, Università di San Paolo, San Paolo, 2020.

Questa tesi cerca di verificare le incoerenze tra le trasformazioni avvenute nel mondo dopo la Guerra fredda e il diritto del commercio internazionale, attraverso i suoi attori e le sue fonti, alla ricerca di linee guida che possano renderlo più adatto al presente e al futuro. Quindi, si parte da una comprensione globale del diritto commerciale internazionale, compresi gli aspetti pubblici e privati. Vengono poi identificate le trasformazioni globali più rilevanti per il commercio internazionale: (i) l'aumento del numero di attori nelle relazioni internazionali; (ii) progressi nella tecnologia; (iii) cambiamenti nel modello commerciale: scambi di servizi e catene del valore globali; e (iv) la maggiore rilevanza data alla protezione dei valori. Inoltre, procediamo all'analisi degli attori e delle fonti del diritto del commercio internazionale sulla base delle trasformazioni identificate, dal punto di vista degli attori: Stati, organizzazioni internazionali, imprese e organizzazioni non governative; compresi sia gli attori che le relative fonti. Infine, l'analisi si concentra sul rapporto tra tutti gli attori e le fonti, la governance globale nel diritto del commercio internazionale, indicando linee guida per rendere il diritto commerciale internazionale più adatto alle trasformazioni globali.

Parole-chiave: commercio internazionale; stati; organizzazioni internazionali; imprese; organizzazioni non governative

LISTA DE SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CCI	Câmara De Comércio Internacional
CISG	Convenção de Viena sobre a compra e venda internacional de mercadorias de 1980
FAO	<i>Food And Agricultural Organization Of The United Nations</i> [Organização Das Nações Unidas Para A Alimentação E A Agricultura]
GVC	<i>Global Value Chain</i> [Cadeia Global De Valor]
ICC	<i>International Chamber Of Commerce</i> [Câmara De Comércio Internacional]
ICT	Information and Communications Technology
IO	<i>International Organization</i> [Organização Internacional]
ISO	<i>International Organization For Standardization</i> [Organização Internacional Para Padronização]
LDC	<i>Least developed country</i> [país menos desenvolvido]
MNC	<i>Multinational Corporations</i> [Empresas Multinacionais]
NGO	<i>Non-Governmental Organization</i> [Organização Não-Governamental]
OCDE	Organização Para A Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD em inglês
OIG	<i>Organizzazione Intergovernative</i> [Organizações Intergovernamentais]
OMC	Organisation mondiale du commerce Organização Mundial Do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organization des nations unies [Organização das Nações Unidas]
PTA	<i>Preferential Trade Agreement</i> [Acordo Preferencial De Comércio]
RoO	<i>Rules Of Origin</i> [Regras De Origem]
RTA	<i>Regional Trade Agreement</i> [Acordo Regional De Comércio]
SDG	<i>Sustainable Development Goals</i> [Metas Do Desenvolvimento Sustentável]
SME	<i>Small And Medium Enterprises</i> [Pequenas E Médias Empresas]
SPS	<i>Sanitary And Phytosanitary (Measures)</i> [(Medidas) Sanitárias E Fito-Sanitárias]
STN	<i>Societe Transnationale</i> [Sociedade Transnacional]
TBT	<i>Technical Barriers To Trade</i> [Barreiras Técnicas Ao Comércio]
TNC	<i>Transnational Corporations</i> [Empresas Transnacionais]
UNFSS	<i>United Nations Forum On Sustainability Standards</i> [Forum Das Nações Unidas Para Padrões De Sustentabilidade]
UNCITRAL	<i>United Nation Comission on International Trade Law</i> [Comissão das Nações Unidas para o direito do comércio internacional]
UNCTAD	<i>United Nations Conference On Trade And Development</i> [Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento]
VSS	<i>Voluntary Sustainability Standards</i> [Padrões Voluntários de Sustentabilidade]
WTO	<i>World Trade Organization</i> [Organização Mundial do Comércio]
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> [Fundo Mundial para a Natureza]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE DEFINIÇÃO E CONTEXTO: O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	11
2. AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E O DIRECIONAMENTO DA ANÁLISE	17
2.1. <i>Aumento do número de atores das relações internacionais</i>	18
2.2. <i>Avanços da tecnologia</i>	19
2.3. <i>Mudanças no modelo de comércio: comércio de serviços e cadeias globais de valor</i>	21
2.4. <i>Relevância da proteção de valores</i>	25
3. ATORES E FONTES DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	28
4. EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES PARA O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELATIVOS AOS ESTADOS.....	31
5. EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES PARA O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELATIVOS ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	44
6. EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES PARA O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELATIVOS ÀS EMPRESAS.....	60
7. EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES PARA O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELATIVOS ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	70
8. EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES PARA O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELATIVOS À INTERAÇÃO ENTRE ATORES E FONTES: A GOVERNANÇA GLOBAL NO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	82
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

A ideia para a elaboração desta tese surgiu da observação de que cada vez mais o mundo passava por mudanças e as normas relativas ao comércio internacional não acompanhavam as mudanças da forma necessária. Essas mudanças ocorreram principalmente desde o final da Guerra Fria, mas aceleraram nos últimos dez anos, vindo à tona nas discussões comerciais de modo cada vez mais frequente. Observe-se, nesse sentido, que o Fórum Público da OMC de 2018 e o Fórum Público da OMC de 2019 trataram do comércio para o futuro, com os temas “Comércio em 2030” e “Fazer o comércio avançar: adaptar-se a um mundo em evolução”, respectivamente,¹ o que reforça a preocupação com as dificuldades enfrentadas.

Entendi que era preciso estudar o tema para verificar as inconsistências existentes entre as transformações ocorridas e o direito do comércio internacional, na busca por diretrizes que pudessem torná-lo mais adequado para o comércio internacional atual e futuro.

Coloquei-me, então, a proposta de buscar quais seriam as principais transformações globais, voltadas para o comércio internacional, e identificar maneiras como o direito do comércio internacional interage com elas. Escolhi utilizar o método da revisão bibliográfica, avaliando também relatórios e textos específicos que trouxessem informações da prática comercial. Como seria impossível esgotar todas as formas de interação, buscamos priorizar aquelas que entendemos mais relevantes atualmente.

Para isso, fez-se necessário delimitar a abrangência daquilo que entendemos ser o Direito do Comércio Internacional, expressão que possui entendimento não uniforme na doutrina.

Por uma questão de coerência, e para garantir a análise na amplitude necessária, optei por um entendimento abrangente da matéria, incluindo aspectos públicos e privados, porque caso um lado fosse excluído, parte da relação comercial internacional não estaria mais abrangida; resultando em uma avaliação apenas parcial.

¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Forum Public.

A forma que nos pareceu mais clara para a avaliação do efeito das transformações foi usar os atores e as fontes do direito do comércio internacional, afinal é por meio da interação dos atores que o comércio internacional acontece, envolvido pelas fontes que o rege. Nesse contexto, entendi ser o pluralismo pressuposto da análise, como explicarei ao longo do texto.

Em seguida, passei à investigação das transformações globais relevantes para o comércio internacional, tendo identificado acontecimentos que sistematizei em quatro, para facilitar o entendimento do leitor e a análise que viria: (i) o aumento do número de atores das relações internacionais; (ii) os avanços da tecnologia; (iii) as mudanças no modelo de comércio: comércio de serviços e cadeias globais de valor; e (iv) a maior relevância dada à proteção de valores: direitos humanos e meio ambiente.

O último passo foi proceder à análise dos atores e fontes do direito do comércio internacional diante das transformações identificadas.

Para isso, foi preciso organizar a forma como a avaliação dos efeitos das transformações ocorreria. Utilizar a perspectiva dos atores pareceu-me a mais coerente, vez que mais consolidada pela doutrina, de modo que para cada autor seriam abrangidas as fontes a ele relativas, bem como, em momento posterior, a forma como todos se relacionam, naquilo que se chama de governança global.

Passemos, assim, ao texto.

CONCLUSÃO

O direito do comércio internacional, no contexto global atual, para ter uma abordagem integral, precisa considerar aspectos públicos e privados, bem como o fato de que não é uma disciplina isolada. As transações comerciais internacionais, para serem realizadas, desde momento anterior à contratação (investimentos em um determinado ramo em determinado estado, criação de empresas, formação de profissionais capacitados, etc), até a finalização da relação entre os privados, passam por diversos instrumentos e questões jurídicas que são tanto públicas quanto privadas. Portanto, é preciso pensar o arcabouço jurídico do comércio internacional abrangendo toda a trajetória da relação comercial internacional, pois tudo isso produz efeitos na sua realização.

Nos últimos anos, a sociedade global sofreu diversas transformações e várias delas tiveram efeitos no comércio internacional. Consequentemente, pelo fato de direito e sociedade serem indissociáveis, o direito do comércio internacional também sofreu efeitos de tais transformações. As principais transformações globais com impacto no direito do comércio internacional são: (i) o aumento do número de atores das relações internacionais; (ii) os avanços da tecnologia; (iii) as mudanças no comércio, especialmente o crescimento do comércio de serviços e a criação e utilização das cadeias globais de valor; e (iv) a relevância da proteção de valores, que incluem direitos humanos, questões relativas à proteção do meio ambiente e redução da desigualdade. Nesse sentido, tendo em mente todo o interim necessário para a realização de uma relação comercial internacional, os ajustes e o direcionamento das negociações e atividades do direito do comércio internacional devem ser direcionados pelas transformações identificadas.

Os Estados, dentro da sua diversidade, precisam estar focados em ajustar seu arcabouço normativo interno às necessidades mais urgentes que resultem na melhoria da sua participação no comércio internacional. Isso é ferramenta para lidar com a redução da desigualdade. Obviamente, nesse sentido, será preciso analisar as desvantagens que podem surgir com tal inserção, de modo a, preventivamente, cuidar delas, evitando o aprofundamento das desigualdades já existentes. Os temas que exigem maior atenção, de modo geral, vão muito além do comércio internacional em si, e envolvem aspectos anteriores a ele, que permitem criar uma estrutura suficiente para gerar atrativos da

perspectiva internacional, inclusive para a maior participação nas cadeias globais de valor, usufruindo de acréscimo de valor agregado.

Somente visando ao desenvolvimento no médio e no longo prazo será possível que os países menos desenvolvidos, e também os em desenvolvimento, obtenham conjunto estrutural físico e normativo robusto o suficiente para atender às transformações que estão se apresentando. Nesse contexto, ressalte-se que é preciso considerar que as transformações continuarão ocorrendo e será necessário visar a mecanismos que aceitem-nas sem gerar prejuízos ou dificuldades ainda maiores. Ainda, na criação e aplicação dos instrumentos normativos, é preciso dosar o grau de restrição imposto, tendo em mente a existência de normas não-estatais que existem paralelamente.

Os temas que exigem atenção, de modo geral, são: aprimoramento da infraestrutura, educação (especialmente para criar mão de obra apta a lidar com as transformações), meio-ambiente (envolvendo sustentabilidade e proteção) e inovação tecnológica (abrangendo todas as áreas que se entenderem necessárias, desde proteção da propriedade intelectual até o incentivo a empresas menores). Alguns estados poderão incluir determinados temas a esta lista a depender das necessidades existentes: quanto mais excluídos das relações comerciais internacionais eles estiverem, mais temas precisarão de tratamento. Ressalte-se que temas técnicos exigem conhecimento técnico para serem tratados, fazendo com que estudos e consultas precisem estar presentes quando do tratamento das questões.

O direcionamento pensado para o âmbito interno deve, certamente, estar alinhado às iniciativas internacionais (incluindo as regionais) nas quais está envolvido, de modo que, sempre que possível e viável, deve-se buscar a harmonização dos resultados e a cooperação, os quais melhoram a fluência do comércio internacional. Ações internas, em um mundo interconectado, produzem efeitos externos. Nesse sentido, a cooperação e a busca por harmonização devem nortear a atuação dos estados no cenário internacional diante das transformações, seja para a relação entre estados seja para a relação com os demais atores envolvidos. Nesse sentido, os estados precisam, cada vez mais, reconhecer a importância da atuação dos demais atores nas relações comerciais internacionais, bem como as normas por eles produzidas, pois elas também são relevantes para o funcionamento do comércio internacional.

As Organizações Internacionais, por serem compostas por estados, convivem com a diversidade de interesses existentes entre eles e absorvem muitas das suas dificuldades. Assim, quanto maior a diversidade de interesses existentes, maiores as dificuldades que serão enfrentadas. Nesse sentido, a forma como o processo decisório da organização é estruturado, bem como a sua estrutura de forma geral, resultarão em maiores ou menores dificuldades diante da divergência de interesses. Quanto menos oposições o processo decisório aceita, mais difícil lidar com a diversidade de interesses. Ainda, a maior complexidade dos temas que precisam ser tratados é um fator que dificulta a tomada de decisões. A forma, porém, de solucionar os impasses dentro das organizações está na mão dos seus membros, vez que interferências externas não são autorizadas pelos tratados constitutivos, normalmente. Também não é possível que o secretariado ou quaisquer divisões internas compostas por funcionários independentes imponham soluções para impasses. É preciso cumprir as previsões dos tratados existentes para obter as soluções, mesmo que elas representem chegar a um acordo para mudar as regras existentes. Por isso, reforça-se o entendimento de que a busca por cooperação e harmonização deve guiar as atuações estatais. Os membros das organizações internacionais são os responsáveis pelas suas decisões. Portanto, tanto para a sugestão das mudanças quanto para a sua aceitação, especialmente para aqueles que terão algo a perder com a sua realização, é preciso ceder em benefício da coletividade. Ainda sobre a tomada de decisões, a busca por maior equilíbrio de poder é algo que precisa ser discutido cada vez mais, no sentido de melhorar os déficits existentes.

Iniciativas paralelas podem tanto ajudar quanto prejudicar as organizações internacionais. Ajudam quando funcionam como meio de avançar em questões que estão sendo tratadas em âmbito global, facilitando a solução conjunta; mas dificultam ao criar iniciativas concorrentes que afastam os estados-membros do cumprimento do previsto de forma global, excluem não participantes e aumentam a desigualdade. Por isso, sempre que possível, é importante valorizar as iniciativas globais existentes. Não se está, com isso, desprezando as iniciativas regionais. Trata-se apenas de usufruir do benefício de tratar globalmente dos temas que exigem este tratamento quando isso for possível e recomendado. As iniciativas regionais podem e devem ser mantidas no contexto em que são tidas como relevantes, em coerência com as globais.

Em relação aos instrumentos produzidos pelas organizações internacionais, alguns temas devem merecer especial atenção pela relevância que têm crescentemente assumido diante das transformações. São eles a tecnologia e a proteção de valores (incluindo meio ambiente e direitos humanos). O tratamento de tais temas exige estudo específico e a participação de especialistas, bem como daqueles a quem os instrumentos serão endereçados, o que inclui o setor privado, além de gerar preocupação com a transparência e a representatividade na sua elaboração. O estudo para a elaboração de instrumentos deve, então, considerar o conjunto normativo previamente existente, de modo a avaliar quais os temas que precisam ser abrangidos, qual o melhor tipo de instrumento para fazê-lo, bem como a coerência com os textos anteriores. A excessiva multiplicação de instrumentos deve ser evitada. Como já afirmamos anteriormente, em temas que podem sofrer rápidas mudanças, como, por exemplo, os relativos tecnologia, é preciso avaliar tanto a dificuldade de constantes atualizações dos instrumentos quanto a necessidade de acompanhar as evoluções. Considerando conjunto temático mais abrangente e a constante necessidade de tratamento de temas decorrentes das transformações pelas quais o mundo passa, entende-se que manter instrumentos já existentes evita a dificuldade de novos acordos, facilita a interpretação por meio do histórico existente e favorece a alocação dos recursos disponíveis, que são limitados. Por outro lado, pode não tratar do tema da forma necessária e impedir que sejam atingidos os resultados almejados. Assim, o aproveitamento dos textos existentes deve ser feito sempre que possível, tendo em consideração para esta análise aspectos relativos a definições terminológicas, essenciais para qualquer texto jurídico e o atingimento do resultado buscado, para que a fluência do comércio internacional seja beneficiada, assim como a redução dos problemas nele existentes.

As empresas, por sua vez, têm apresentado crescente relevância no comércio internacional, especialmente pelo aumento do seu poder, vez que controlam diversos aspectos relativos à tecnologia. Esse aumento de poder reflete na importância que os instrumentos normativos por elas produzidos exercem no comércio internacional. Some-se a isso a influência sobre o ente estatal existente em diversos casos, incluindo produção normativa e defesa de interesses em âmbito internacional.

A forma de atuação das empresas ao longo do tempo, bem como as transformações daí decorrentes também são relevantes para o direito do comércio internacional. Conforme identificado dentre as transformações globais, a formação das cadeias globais de valor, e a crescente importância dos serviços e de sua participação no comércio são fatores que exigem novas transformações, incluindo o arcabouço jurídico. O tamanho das empresas e o poder decorrente disso também é fator que merece atenção, tanto para evitar prejuízos, quanto para permitir a diferenciação das pequenas e médias empresas, que merecem tratamento específico em benefício de sua maior inserção no comércio internacional e da maior possibilidade de participar de etapas que produzam valor agregado nas cadeias.

Da mesma forma que o arcabouço jurídico estatal influencia a participação nas cadeias globais de valor, é preciso atentar para as transformações que elas geram, especialmente no âmbito privado. Trata-se dos padrões privados, que no contexto das cadeias globais de valor podem facilitar a padronização dos processos produtivos. Ainda, podem ser utilizados para atender a anseios dos consumidores ou da empresa, na busca por maior proteção de valores. Todavia, esses mesmos padrões podem dificultar a integração de novas empresas nas cadeias, especialmente as menores.

Outro aspecto importante diz respeito aos contratos que regem as relações das cadeias: eles precisam ser coerentes entre si para evitar inconsistências e dificuldades posteriores, inclusive para solução de controvérsias. Sobre os contratos internacionais de comércio, de modo geral, o que se observa é que as transformações resultam em mudanças temáticas ou de meios utilizados para formação e demais etapas. A preocupação relativa ao tratamento normativo que deve ser dado a este tema, da perspectiva estatal, nacional ou internacional, é semelhante àquela trazida em relação às organizações internacionais: evitar multiplicidade normativa desnecessária, tendo como base de análise as definições dos termos importantes. Da perspectiva privada, como já acontece, quando as empresas entendem necessário, criam novos modelos, que, diante da prática, serão mantidos ou substituídos, conforme as próprias empresas entenderem preciso, até se firmarem, dando origem, posteriormente, àqueles que serão sistematizados, e eventualmente ajustados, pelas organizações não-governamentais como modelos.

Ainda, a proteção de valores é algo que deve ser cada vez mais almejada pelas empresas, extinguindo iniciativas que incentivam esse tipo de preocupação, tanto externas quanto internas, além de mudanças nas áreas de atuação. Apesar de válidas no sentido de promover a consciência da proteção e incentivar outras iniciativas, é preciso focar em esforços que tenham cada vez mais efetividade na proteção.

Também no contexto do aumento de atores nas relações internacionais, as ONGs tiveram significativo aumento na participação internacional, tendo ganhado espaço diante das dificuldades de avanço normativo no âmbito público e dos avanços tecnológicos. Atuam realizando pressão em estados e organizações internacionais na busca de interesses da sociedade, de conjuntos de empresas e elaborando instrumentos normativos. Em relação à representação da sociedade e dos conjuntos de empresas, ela só é efetiva para aqueles que forem membros delas, ressaltando-se a importância da transparência para esse tipo de representação. Podem também atuar na cooperação com organizações internacionais na busca por soluções para os impasses existentes.

No que diz respeito aos instrumentos normativos elaborados, estes visam a auxiliar a realização do comércio internacional, o que, na maior parte das vezes, corresponde à sistematização de instrumentos elaborados pelas empresas, tais como usos do comércio internacional e contratos. Em relação a esse trabalho de sistematização, destaca-se aquele feito em relação aos padrões privados, que podem ser entendidos como usos do comércio internacional sempre que visarem a tratar de modo uniforme problemas específicos atrelados às operações econômicas e forem sistematizados pelas ONGs com essa função. Os padrões privados, de forma simplificada, podem ser divididos em padrões de processo, padrões de consumo e padrões sistematizados, de modo que os dois primeiros podem vir a ser chamados de sistematizados quando e se o forem.

A questão dos padrões privados tem gerado discussões em relação à sua obrigatoriedade, vez que se desrespeitados implicam exclusão ou ao menos dificuldade de participação nas relações comerciais que os exigem. Trata-se de tema que exige tratamento cuidadoso e pautado nas dificuldades advindas da interação entre o âmbito público e o âmbito privado do comércio internacional, vez que abusos existentes na atuação privada precisam ser evitados. Quaisquer intervenções públicas na produção privada de normas

precisa considerar a existência de uma lógica própria do comércio internacional, expressada por meio da *lex mercatoria*. Vincular normas provenientes de autorregulação a iniciativas atreladas ao Estado, bem como tratá-las como se iguais fossem, pode gerar restrições exacerbadas e desnecessárias ao setor privado. Uma possibilidade nesse sentido seria de que eventuais abusos na utilização de padrões privados possam ser controlados por autoridades de defesa da concorrência quando se entender que a sua utilização estaria prejudicando o bom funcionamento do mercado. É preciso buscar o equilíbrio entre o âmbito público e o privado, de modo a evitar abusos e ao mesmo tempo permitir a fluência das relações comerciais sem impor barreiras desnecessárias, e sem esquecer da importância da efetiva proteção de valores, especialmente aqueles ambientais e relativos aos direitos humanos.

Apesar da análise ter sido sistematizada da perspectiva dos atores, a realidade encontrada no funcionamento do comércio internacional envolve todos os atores e os instrumentos normativos por eles produzidos existindo simultaneamente. Assim, é preciso buscar que toda a interação aconteça de forma harmônica, evitando inconsistências. Trata-se da busca pela governança global no direito do comércio internacional, que tem nas dificuldades colocadas pelas transformações globais seus déficits.

A forma com que os atores conseguirem lidar com os déficits daqui em diante indicará os rumos do comércio internacional para os próximos anos, bem como os efeitos para além do comércio internacional que o tratamento trará. Nesse sentido, quanto mais os atores reconhecerem as atividades realizadas pelos outros e souberem dosar a forma com que os âmbitos público e privado interagem, melhor será o resultado. Desde os primórdios do direito do comércio internacional se verifica essa interação e o cenário que se desenha mostra que assim deve continuar: a *lex mercatoria* continua existindo, com ajustes de conteúdo conforme as transformações ocorrem, juntamente com o arcabouço jurídico estatal, que, quanto mais dificuldade encontra para abranger os novos temas, mais abre espaço para a atuação privada paralela.

REFERÊNCIAS

AARONSON, Susan Ariel; CHAUFFOUR, Jean Pierre. The Wedding of Trade and Human Rights: Marriage of Convenience or Permanent Match? 15 fev. 2011. Disponível em:

<https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtr11_forum_e/wtr11_15feb11_e.htm> Acesso em 05.dez.2019.

ADLUNG, Rudolf; SOPRANA, Marta. Trade Policy for SMEs from a GATS Perspective. In: **Small and Medium-Sized Enterprises in International Economic Law**. RENSMANN, Thilo (ed.). Oxford: Oxford, 2017.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. Is Trade Governance Changing?. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n.2, pp. 370-382, 2015. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3664/pdf>> Acesso em 16.jan.2020.

ARNAUD, André-Jean. **O Direito entre a modernidade e globalização: lições de filosofia do direito e do estado**. Tradução Patrice Charles Willaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

AUDIT, Mathias; BOLLÉE, Sylvain; CALLÉ, Pierre. **Droit du commerce international et des investissements étrangers**, 3ª edição. Paris: L.G.D.J. 2019.

AXELROD, Robert. **The evolution of cooperation**. Adaptado de AXELROD; Robert. The Evolution of Cooperation. Nova Iorque: Basic Books, 1984. Disponível em: <<https://ee.stanford.edu/~hellman/Breakthrough/book/pdfs/axelrod.pdf>> Acesso em 15.jan.2020.

BALDWIN, Richard. **The Globotics Upheaval: Globalization, Robotics, and the Future of Work**. Oxford: Oxford University Press. 2019.b

_____. **The great convergence: information technology and the new globalization**. Edição de bolso. Cambridge: Harvard University Press, 2019.a

BASSO, Maristela. **Curso de direito internacional privado**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.b

_____. Introdução às fontes e instrumentos do Comércio Internacional. In: **Doutrinas Essenciais de Direito Internacional**, v. 5, 2012, pp. 227 e ss.

_____. **Propriedade intelectual e importação paralela**. São Paulo: Atlas, 2011.a

BELLORA, Cecilia; FONTAGNÉ, Lionel. Trade wars and global value chains: Shooting oneself in the foot. **VOX CEPR Policy Portal**, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/trade-wars-and-global-value-chains>> Acesso em 06.jan.2020.

BENVENISTI, Eyval. **The International Law of Global Governance**. Collected Courses, Academy of International Law: Haia, v. 368, 2013.

BESSON, Samantha; MARTÍ, José Luis. Legitimate actors of international law-making: towards a theory of international democratic representation. **Jurisprudence**, v. 9, n.3, pp. 504-540, 2018.

BLANCHARD, Pierre; GAGNÉ, Carl; MATHIEU, Claude. Structure du commerce intra-firme, intégration des marchés et harmonisation fiscale. **Revue économique**, v. 61, n. 5, pp. 895-915, 2010.

BOLLYKY, Thomas J.; MAVROIDIS, Petros C., **Trade, Social Preferences, and Regulatory Cooperation: The New WTO-Think**. EUI Department of Law Research Paper No. 47; Columbia Law and Economics Working Paper No. 546. September 9, 2016. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2836937> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2836937>> Acesso em 16.jan.2020.

BOSCOLO, A. T. A. C. **Desafios da Harmonização do Direito do Comércio Internacional**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-25102016-162941/publico/DissertacaoCompletaAnaBoscolo.pdf>> Acesso em 16.jan.2020.

BRÜHL, Tanja; RITTBERGER, Volker. From international to global governance: Actors, collective decision-making, and the United Nations in the world of the twenty first century. In: **Global governance and the United Nations system**. Rittberger, Volker (ed.). Nova Iorque: United Nations University Press. 2001.

CACHARD, Olivier. **Droit du commerce international**. 3^a edição. Paris: L.G.D.J. 2018.

CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL. 12 ways ICC enabled business to work for people and planet on 2019. Disponível em: <<https://iccwbo.org/media-wall/news-speeches/12-ways-icc-enabled-business-to-work-for-people-and-planet-in-2019/>> Acesso em 09.jan.2020.

_____. **ICC Declaration on the Next Century of Global Business**. 28 maio 2019. Disponível em <<https://iccwbo.org/content/uploads/sites/3/2019/05/icc-centenary-declaration.pdf>> Acesso em 09.jan.2020.

_____. Reforming the multilateral rules-based trading system: the outcomes we want for people and planet. Disponível em: <<https://iccwbo.org/content/uploads/sites/3/2019/10/2019-icc-recommendations-on-wto-reform.pdf>> Acesso em 09.jan.2020.

_____. ICC releases Incoterms 2020. Paris, 10 set. 2019. Disponível em: <<https://iccwbo.org/media-wall/news-speeches/icc-releases-incoterms-2020/>> Acesso em 15.jan.2020.

CASSESE, Antonio. **Diritto Internazionale**. 2^a edição. Bolonha: Il Mulino, 2013.

CHARLESWORTH, H.. **Democracy and International Law**. Collected Courses, Academy of International Law: Haia, v. 371, 2015.

CHAZOURNES, Laurence Boisson De. **Les relations entre organisations regionales et organisations universelles**. Recueil des Cours, Académie de Droit International: Haia, v. 347, 2010.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL. Working documents. Disponível em: <<https://uncitral.un.org/en/gateway>> Acesso em 07.jan.2020.

_____. UNCITRAL Model Law on Electronic Commerce (1996) – Status. Disponível em: <https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic_commerce/status> Acesso em 07.jan.2020.

_____. UNCITRAL Model Law on Electronic Signatures (2001) – Status. Disponível em: <https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic_signatures/status> Acesso em 07.jan.2020

_____. UNCITRAL Model Law on Electronic Transferable Records (2017) – Status. Disponível em: <https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic_transferable_records/status> Acesso em 07.jan.2020

_____. Electronic commerce. Disponível em: <<https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce>> Acesso em 07.jan.2020.

_____. Status: United Nations Convention on the Use of Electronic Communications in International Contracts (New York, 2005). Disponível em: <https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/conventions/electronic_communications/status> acesso em 07.jan.2020.

_____. A/CN.9/1002 - Report of Working Group I (MSMEs) on the work of its thirty-third session. Out. 2019. Disponível em: <<https://undocs.org/en/a/cn.9/1002>> Acesso em 07.jan.2020.

_____. A/CN.9/WG.IV/WP.160 - Draft Provisions on the Cross-border Recognition of IdM and Trust Services. Set. 2019. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/CN.9/WG.IV/WP.160>> Acesso em 07.jan.2020.

_____. A/CN.9/WG.IV/WP.148 - Contractual aspects of cloud computing. Jan. 2018. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/CN.9/WG.IV/WP.148>>. Acesso em 07.jan.2020

_____. Notas técnicas sobre resolução de disputas online. Disponível em: <https://www.uncitral.org/pdf/english/texts/odr/V1700382_English_Technical_Notes_on_ODR.pdf> Acesso em 14.jan.2020.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. Partnerships.

Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/About%20UNCTAD/Relationship-with-other-agencies.aspx>> Acesso em: 07.jan.2020.

_____. **The Least Developed Countries Report 2019**: The present and future of external development finance - old dependence, new challenges. Genebra: ONU, 2019. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ldcr2019overview_en.pdf> Acesso em 15.jan.2020.

Conselho consultivo da CISG. Disponível em: <<https://www.cisgac.com/>> Acesso em: 16.jan.2020.

COSTA, Lígia Maura. Desenvolvimento sustentável no Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio: demolindo mitos e barreiras. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n.06, p. 1353-1373, nov./dez. 2015.b Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n6/0034-7612-rap-49-06-01353.pdf>> acesso em 13.jan.2020.

_____. OMC e o direito internacional do desenvolvimento sustentável: análise de casos. **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, ano 06, n.11, p. 101-117, jul/dez 2015.a Disponível em: <https://pesquisa-easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/omc_e_o_direito.pdf> Acesso em 13.jan.2020.

CRAWFORD, James. **Brownlie's Principles of Public International Law**. 8ª edição. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DELABIE, Lucie. Gouvernance mondiale: G8 et G20 comme modes de coopération interétatiques informels. In: **Annuaire français de droit international**, v. 55, pp. 629-663, 2009. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/afdi_0066-3085_2009_num_55_1_4089> Acesso em 16.jan.2020.

DUPUY, Pierre-Marie; KERBRAT, Yann. **Droit international public**. 12ª edição. Paris: Dalloz, 2014.

EASTERBROOK, Frank H.. Cyberspace and the Law of the Horse. **University of Chicago Legal Forum**, pp. 207 e ss, 1996. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=2147&context=journal_articles> Acesso em 16.jan.2020.

FRIEDMANN, Wolfgang. **The Changing Structure of International Law**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1964.

GALGANO, Francesco; MARRELLA, Fabrizio. **Diritto del Commercio Internazionale**. Milão: CEDAM, 2011.

GAUDEMET-TALLON, Hélène. **Le pluralisme en droit international privé, Richesses et faiblesses (Le funambule et l'arc en ciel)**. Collected Courses, Academy of International Law: Haia, v. 312, 2005.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v.12, n.1, pp. 78-104, 2005.

GOLDMAN, Berthold. *Frontières du droit et lex mercatoria*. Archives de Philosophie du Droit, n.09, Le droit subjectif en question, Paris: Sirey, 1964.

HALE, Thomas; HELD, David and YOUNG, Kevin. **Gridlock – why global cooperation is failing when we need it the most**. Cambridge: Polity, 2013.

HERDEGEN, Matthias. **Principles of international economic law**. 2ª edição. Oxford: Oxford University Press. 2016.

HOEKMAN, Bernard. **Urgent and Important: Improving WTO Performance by Revisiting Working Practices**, 1 Jan. 2015. Disponível em: <http://respect.eui.eu/wp-content/uploads/sites/6/2019/04/Hoekman_WTO_Reform_JWT_pre-publication-version.pdf> Acesso em 13.jan.2020

JACQUET, Jean-Michel; DELEBECQUE, Philippe; CORNELOUP, Sabine. **Droit du Commerce International**. 3ª edição. Paris: Dalloz, 2015.

KESSEDJIAN, Catherine. **Droit du commerce international**. Paris: Presses Universitaires de France. 2013.

KLABBERS, Jan; PIIPARINEN, Touko. Normative pluralism: an exploration. In: **Normative Pluralism and international law: exploring global governance**. Klabbers, Jan; Piiparinen, Touko (ed.). Nova Iorque: Cambridge University Press. 2013.

_____. **I Can't Get No Recognition: Subjects Doctrine and the Emergence of Non-State Actors**. In: BIANCHI, Andrea (ed.). **Non-State Actors and International Law**. Aldershot: Ashgate, 2009.

_____. **The paradox of international institutional law**. *International Organizations Law Review*. v. 5, p. 151-173, 2008.

KOSKENNIEMI, Martti. What use for sovereignty today. *Asian Journal of International Law*, v. 1, n. 1, pp. 61-70, 2011. Disponível em: <http://asiansil-jp.org/wp/wp-content/uploads/2012/07/koskenniemi_final.pdf> Acesso em: 16.jan.2020.

LAMY, Pascal. **Looking ahead: The new world of trade**. The third Jan Tumlir Lecture. Bruxelas: ECIPE, 2015. Disponível em: <<https://pascallamy.eu.files.wordpress.com/2017/03/2015-03-09-ecipe-brussels-speech-pascal-lamy-final.pdf>> Acesso em: 05.jan.2020.

LESSIG, Lawrence. Commentaries the law of the horse: What cyberlaw might teach. **Harvard Law Review**, v. 113, p. 501-546, 1999. Disponível em: <<https://cyber.harvard.edu/works/lessig/finalhls.pdf>> Acesso em: 13.nov.2019.

LOBOSCO, Katie. Trump pulled out of a massive trade deal. Now 11 countries are going ahead without the US. *CNN Politics*. 30 dez. 2018. Disponível em:

<<https://edition.cnn.com/2018/12/29/politics/tpp-trade-trump/index.html>> Acesso em 06.jan.2020

MARRELLA, Fabrizio. **Protection internationale des droits de l'homme et activités des sociétés transnationales**. Recueil des Cours, Académie de Droit International: Haia, v. 385, 2017.

MARX, Axel et al., Conclusion: private standards – a global governance tool?. In: _____. **Private Standards and Global Governance: Legal and Economic Perspectives**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2012.

MAVROIDIS, Petros C.; WOLFE, Robert, **Private Standards and the WTO: Reclusive No More**. Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS 2016/17. March 2016. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2757567>> Acesso em 16.jan.2020.

MCCORQUODALE, Robert. Sources and the Subjects of International Law: A Plurality of Law-Making Participants. In: BESSON, Samantha; D'ASPREMONT, Jean (eds.). **The Oxford Handbook of the Sources of International Law**. Oxford: Oxford, 2017.

MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo. Mega-regionals: what is going on? In: WORLD ECONOMIC FORUM. **Mega-regional trade agreements: game-changers or costly distractions for the World Trading System?** Global Agenda Council on Trade and Foreign Direct Investment, Report 160414, jul. 2014.

MENJUCQ, Michel; BÉGUIN, Jean-Marc (eds.). **Droit du commerce international**. 2ª edição, Paris: LexisNexis, 2011.

MUCHLINSKI, Peter T.. 'Global Bukowina' examined: viewing the multinational enterprise as a transnational law-making community. In: TEUBNER, Gunther (ed.). **Global law without a state**. Aldershot: Dartmouth Publishing Company, 1996.

NYE, Joseph S.. **Soft Power: the Means to Success in World Politics**. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

OFFE, Claus. Governance: an empty signifier?. **Constellations**, Nova Iorque, v. 16, n. 4, p. 550-562, Dez. 2009.

OPPETIT, Bruno. La notion de source du droit et le droit du commerce international. **Archives de philosophie du droit**, n. 27, Sources du droit, Paris: Sirey, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em 05.jan.2020.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em: 16.jan.2020.

_____. United Nations Global Compact. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/>> Acesso em 16.jan.2020.

_____. **Global governance and global rules for development in the post-2015 era**, ONU, Nova Iorque, 2014. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_publications/2014cdppolicynote.pdf> acesso em 13.jan.2020.

_____. Sustainable Development Goals. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/>> Acesso em 05.dez.2019

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm> Acesso em 16.jan.2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Forum Public. Disponível em: <https://www.wto.org/french/forums_f/public_forum_f/public_forum_f.htm> acesso em 10.jan.2020.

_____. **Global Value Chain Development Report 2019: Technological Innovation, Supply Chain Trade, and Workers in a Globalized World**. Geneva: Organização Mundial do Comércio/ Paris: IDE-JETRO,OECD/ Pequim: Cedex 16/Research Center of Global Value Chains, University of International Business and Economics /Pequim: World Bank Group, China Development Research Foundation, 2019.b Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/gvc_dev_report_2019_e.pdf> Acesso em: 06.jan.2020.

_____. **World Trade Report 2018: The future of world trade: How Digital Technologies are Transforming Global Commerce**. Genebra: Organização Mundial do Comércio, 2018. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/world_trade_report18_e.pdf> Acesso em: 06.jan.2020.

_____. **World Trade Report 2019: The future of services trade**. Genebra: Organização Mundial do Comércio, 2019.a Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/00_wtr19_e.pdf> Acesso em: 06.jan.2020.

PAUWELYN, Joost H. B.. The Role of Public International Law in the WTO: How Far Can We Go?. *American Journal of International Law*, v.95, pp. 535-578, 2001.

PRADO, Maurício Almeida; SANTANA, Renata Duarte de (org.). **O Brasil e a globalização – Pensadores do Direito Internacional**. São Paulo: Editora de Cultura, 2013.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira da. Contratos Internacionais Eletrônicos e o Direito Brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica

e as soluções globais. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 75, p. 157-188, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16.jan.2020.

RACINE, Jean-Baptiste; SIIRIAINEN, Fabrice. **Droit du Commerce International**. 2ª edição. Paris: Dalloz, 2011.

RAZ, Joseph. Human Rights in the Emerging World Order. **Transnational Legal Theory**, n.1, pp. 31-47, 2010.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Contrato eletrônico: considerações sob a ótica do plano de validade do negócio jurídico na formação do contrato**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6026/1/Rodrigo%20Fernandes%20Reboucas.pdf>> Acesso em: 10.jan.2020.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. 16ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

RODRIK, Dani. **Straight Talk on Trade**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2018.

_____. **The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy**. New York and London, W.W. Norton, 2011

SACHS, Jeffrey D.; et al.. Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. **Nature Sustainability**, v. 2, 2019, pp. 805–814. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41893-019-0352-9.epdf?author_access_token=PYxHIfTzicPDZ1f8Mpi4ddRgN0jAjWel9jnR3ZoTv0OUvCcY5pZ8AaTx0MkoopkKOS7OzdwrSBL-nqy90SNoGgHmldD2otpknRagcTqK2IJMLpfAw86QRMHl3QEjytXGWz5FGotx9W9u1jWK0QbJVw%3D%3D> Acesso em 12.jan.2020

SAMMARCO, Pieremilio. **I nuovi contratti dell'informatica: Sistema e prassi**. Volume 41 – Trattato di diritto commerciale e di diritto pubblico dell'economia. Pádua: CEDAM, 2006.

SCANDIUZZI, Stephanie; **Global value chains: Brazil's integration in international trade and the case of China**. 2018. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SCHWAB, Klaus. **The fourth industrial revolution**. Genebra: World Economic Forum, 2016.

STEGER, Manfred. **Globalization: a very short introduction**. 4ª edição. Oxford: Oxford University Press. 2017.

STEPHENSON, Sherry. **Global Value Chains: The New Reality of International Trade**. E15Initiative. Genebra: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2014. Disponível em: <

<https://www.ictsd.org/themes/services/research/global-value-chains-the-new-reality-of-international-trade-0>> Acesso em: 06.jan.2020.

STIGLITZ, Joseph E.. **Globalization and its discontents revisited: Anti-Globalization in the era of Trump**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company. 2018.

STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comércio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

TEUBNER, Gunther. Global Bukowina: Legal Pluralism in the World-Society. In: _____. **Global law without a state**. Dartmouth: Aldershot, pp. 3-28, 1996. disponível em <https://www.jura.uni-frankfurt.de/42852872/Bukowina_english.pdf> acesso em 09.jan.2020

THORSTENSEN, Vera Helena; VIEIRA, Andreia Costa. **Regulatory Barriers to Trade: TBT, SPS and Sustainability Standards**. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda. 2016.

_____; _____. **Private Standards or Market Standards: in search for legitimacy and accountability in the international trading system**. 2015. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16370>> Acesso em 15.jan.2020.

_____; BADIN, Michelle (coord.). **Coerência e convergência regulatória no comércio exterior: o caso do Brasil frente a União Europeia e Estados Unidos com ênfase na experiência do Reino Unido - sínteses e conclusões**. 2017. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18735/CCGI_Thorstensen%3b%20Badin.%20Coer%3%aancia%20e%20converg%3%aancia%20regulat%3%b3ria_sintese%20e%20conclus%3%b5es.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em 10.jan.2020.

TRIPODI, Leandro. **O direito uniforme da venda do século 21: caducidade e renovação da CISG**. 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-30082017-153922/pt-br.php>> acesso em 15.jan.2020.

UNIÃO EUROPEIA. Convenção Europeia dos Direitos do Homem. 1950. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf> Acesso em 16.jan.2020.

UNIDROIT. UNIDROIT Work Programme 2017-2019. 01 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/about-unidroit/work-programme>> Acesso em: 16.jan.2020.

UNIVERSIDADE DUKE. Global Value Chains Initiative. Concepts and tools. Disponível em: <<https://globalvaluechains.org/concept-tools>> Acesso em 01.nov.2019

VERSTAGER, Margarethe. **Competition and sustainability**. GCLC Conference on Sustainability and Competition Policy, Bruxelas, 24 out. 2019. Disponível em: <https://wayback.archive-it.org/12090/20191129200524/https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2014-2019/verstager/announcements/competition-and-sustainability_en> Acesso em: 16.jan.2020.

WOUTERS Jan; DE MEESTER, Bart; RYNGAERT, Cedric. **Democracy and International Law**, Working Paper No 5 – June 2004, Leuven Interdisciplinary Research Group on International Agreements and Development.

_____; MARX, Axel; HACHEZ, Nicolas, **Private Standards, Global Governance and Transatlantic Cooperation - The Case of Global Food Safety Governance.** Disponível em:

<https://ghum.kuleuven.be/ggs/projects/biosafety_biodiversity/publications/wouters-marx-hachez_final.pdf> Acesso em: 16.jan.2020.